



**Lei nº 2.547/2025**, de 19 de novembro de 2025.

Dá nova redação aos arts. 17, 23 e 54 da  
Lei nº 2.367/2023, cria o art. 23-A e dá outras  
providências.

**CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT**, Prefeito Municipal de Formigueiro, faz saber  
em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e  
ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 17 da Lei nº 2.367/2023 para a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 17** Os profissionais do magistério, para o desempenho das atividades, serão  
distribuídos, na forma prevista em regulamento mediante:

- I - lotação;
- II - remoção;
- III - substituição;
- IV – permuta;
- V – Cedência.

**Art. 2º** O art. 23 da Lei nº 2.367/2023 para a vigorar com a seguinte redação:

## **SEÇÃO V**

### **DA PERMUTA**

**Art. 23** A Permuta é o ato através do qual é possível realizar a permuta entre  
professores da rede municipal de ensino de Formigueiro, com professores de redes municipais  
de outros municípios e redes estaduais deste e de outros municípios.

**§1º** Cada permutante permanecerá responsável pelo pagamento da  
remuneração do respectivo servidor, preservando-se todas as vantagens inerentes ao Plano de  
Carreira e demais direitos estatutários. O servidor permutado fará jus ao vale-alimentação e  
auxílio transporte, nos termos da legislação municipal, não sendo devido as gratificações  
previstas no art. 69 desta Lei.



**§2º** O professor permutado não sofrerá prejuízo na contagem de tempo de serviço nos termos da legislação municipal;

**§3º** A permuta é concedida pelo prazo de 1 (um) ano, sendo renovável, anualmente, se assim convier as partes;

**§4º** O Poder Executivo, reserva-se o direito de cancelar a permuta e requerer o retorno imediato do seu professor permutado, em caso de comprovada inaptidão profissional, do professor, com ele permutado, facultando o mesmo direito ao outro município.

**Art. 3º** Fica criado o art. 23-A na Lei nº 2.367/2023 com a seguinte redação:

## **SEÇÃO VI DA CEDÊNCIA**

**Art. 23-A** A Cedência é o ato através do qual o Chefe do Poder Executivo coloca o professor, com ou sem remuneração, à disposição de entidades ou órgãos públicos que exerça atividades no campo educacional, sem subordinação e vinculação administrativa com a Secretaria Municipal de Educação, se assim convier as partes.

**§1º** Quando o município permanecer responsável pelo pagamento da remuneração do respectivo servidor, preservar-se-á todas as vantagens inerentes ao Plano de Carreira e demais direitos estatutários. O servidor fará jus ao vale-alimentação e auxílio transporte, nos termos da legislação municipal, não sendo devido as gratificações previstas no art. 69 desta Lei.

**§2º** A prefeitura municipal deve solicitar compensação à entidade ou órgão que requer a cedência, quando o professor for cedido, excepcionalmente, com ônus para os cofres públicos municipais, em termos de vencimentos e demais despesas com encargos sociais e previdenciários.

**§3º** O município fica autorizado a receber professor cedido de outros órgãos ou entidades, devendo fazer a compensação a entidade ou órgão que realizar a cedência, quando o profissional for cedido, excepcionalmente, com ônus para os cofres públicos do cedente, em termos de vencimentos e demais despesas com encargos sociais e previdenciários.

**§4º** A cedência é concedida pelo prazo de 1 (um) ano, sendo renovável, anualmente, se assim convier as partes.





**§5º** O professor só poderá ser cedido após ter cumprido o estágio probatório.

**§6º** O professor perde a lotação quando for cedido, devendo ser lotado para nova unidade escolar, ou ainda, para órgão administrativo da Rede Municipal de Ensino, quando retornar, a critério da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 4º** O art. 54 da Lei nº 2.367/2023 para a vigorar com a seguinte redação:

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CONVOCAÇÃO EM REGIME SUPLEMENTAR**

**Art. 54** Para a substituição temporária de professor legalmente afastado, para suprir a falta de professor concursado, para suprir a falta de outros servidores abrangidos por este Plano ou, ainda, nos casos de designação para o exercício de coordenação, vice-direção e direção de escola, o servidor poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar de até 20 (vinte) horas semanais, conforme a necessidade do serviço e pelo tempo estritamente necessário à substituição ou ao exercício da função designada.

**§1º** A convocação prevista no caput, será remunerada pelo valor correspondente ao nível que se encontrar, sem qualquer outra vantagem, promoção e/ou gratificação, observada a proporcionalidade das horas suplementadas.

**§2º** No regime suplementar deverá ser respeitada as disposições das horas de atividade, quando em regência de classe.

**§3º** A convocação de que trata o caput possui natureza precária e poderá ser cessada a qualquer tempo, por necessidade do serviço ou por ocorrência de afastamento do convocado, não gerando direito à incorporação, promoção, progressão, gratificação adicional, ou qualquer outra vantagem de caráter permanente, sendo devida apenas a remuneração proporcional às horas suplementares efetivamente prestadas.

**§4º** A apresentação de atestado médico ou a concessão de licença para tratamento de saúde ao servidor convocado implicará o corte imediato da convocação, com a cessação da execução das horas suplementares e da respectiva remuneração a partir do início do afastamento, independentemente de ato específico, sendo devido o pagamento somente até o último dia efetivamente trabalhado.





Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO**



**§5º** O retorno do servidor após o término do atestado ou da licença não restabelece automaticamente a convocação em regime suplementar, a qual somente poderá ser retomada mediante novo ato, caso persista a necessidade do serviço.

**Art. 5º** Os demais artigos permanecem inalterados.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei nº 2.101/2017, de 21 de junho de 2017.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formigueiro.

Em 19 de novembro de 2025.

*Cristiano Cezar Cassol Rubert*  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

**Fabiano Ilha da Luz**

Secretário Municipal da Administração

Documento assinado digitalmente em 24/11/2025 14:29:08  
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/OrqAB> para  
verificar a autenticidade.

